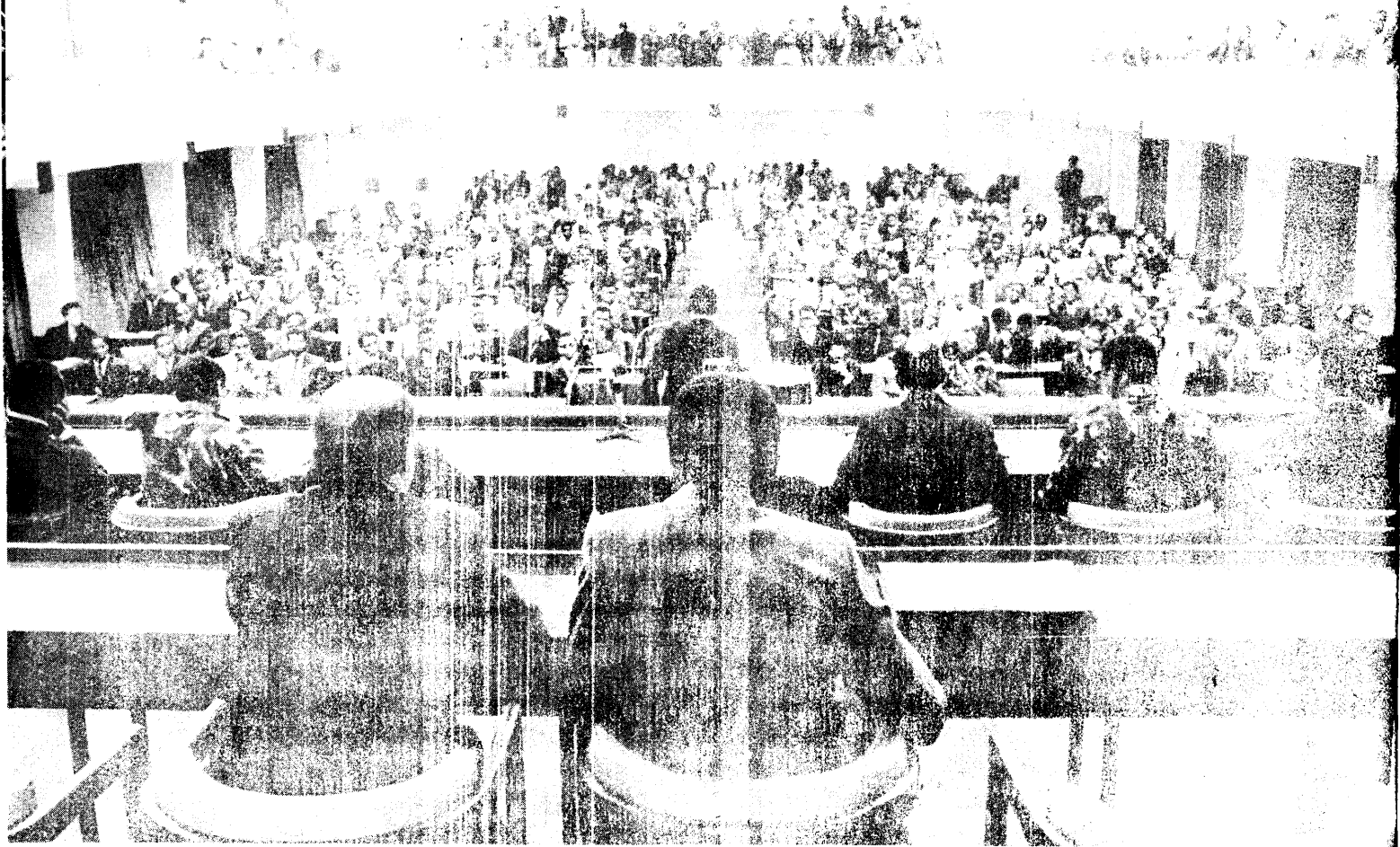


# VAMOS ELEGER A PARA CONSOLIDAR E MELHORAR A

● *Presidente Samora Machel na abertura*



*A eleição de Assembleias, a intensa participação de todo o povo na eleição dos seus dirigentes, constitui um passo decisivo no estabelecimento e consolidação do Poder Popular e da Independência. «É nas Assembleias que se materializa o nosso Poder, é nas Assembleias e através delas que o povo exerce efectivamente o Poder».*

*A questão do Poder, quem o exerce, a quem serve, é a contribuição, a linha orientadora que o Presidente Samora forneceu neste seu discurso à primeira sessão da Assembleia Popular. Aqui encontramos, estudamos, e compreendemos que «a questão do Poder é uma questão essencial da Revolução. A Revolução triunfa ou fracassa quando tem ou perde o Poder». E, que Poder é este que a aliança operário-camponesa exerce no nosso país guiada pelo seu Partido de vanguarda? O Presidente diz-nos que esta é a fase da Ditadura Democrática Revolucionária: «...democrática pela natureza das classes que exercem o Poder, a classe operária e o campesinato...é revolucionária porque introduz transformações radicais nas relações sociais de produção...»*

# ASSEMBLEIAS O PODER POPULAR NOSSA VIDA

## Oratória da I Sessão da Assembleia Popular

Senhores Deputados,

Em conformidade com o disposto nos artigos 37.º e 42.º da Constituição da República Popular de Moçambique inicia-se a I Sessão da I Assembleia Popular, órgão supremo do nosso poder de Estado. Reúne-se a Assembleia na sua composição provisória determinada pela Constituição.

Dos 207 deputados, estão presentes 202. Encontram-se ausentes 5 deputados em cumprimento de missões do Partido e Estado. Por consequência, todas as ausências se encontram justificadas por motivos legítimos, e existe o quórum necessário para os nossos trabalhos.

Podemos dizer que já na sua composição provisória, compreendendo operários, camponeses, quadros do Partido no aparelho do Partido e do Estado e membros das Forças de defesa e segurança, a Assembleia Popular é bastante representativa da fase actual de desenvolvimento económico e social do nosso País.

Ao iniciarmos os nossos trabalhos desejamos calorosamente saudar todos os deputados, que em todos os sectores de actividade nacional se batem em frentes difíceis, em frentes de que depende o futuro do nosso País. Através deles saudamos o que representam: a classe operária, o campesinato, os soldados, os trabalhadores da ciência, da cultura, dos serviços, da função pública, os artesãos, a juventude, a mulher, em resumo, o Povo moçambicano do Rovuma ao Maputo, o Povo unido e determinado em vencer a miséria, construir um futuro melhor, defender a Pátria.

Senhores Deputados,

Nos próximos meses, de acordo com o

artigo 39.º da Constituição da República Popular de Moçambique, terão lugar as primeiras eleições gerais no nosso País. Serão eleitas as Assembleias de Localidade, Cidade, Distrito, Província e a Assembleia Popular.

É grande o significado histórico destas eleições, as primeiras que têm lugar em todo o nosso País, as primeiras em que milhões de homens e mulheres, milhões de trabalhadores vão eleger em todos os escalões os seus representantes. Dois anos após a proclamação da nossa Independência, independência que é ao mesmo tempo ruptura com a potência colonial e surgimento de um Estado fundado na aliança operário-camponesa, a criação das Assembleias do Povo significa consolidação do poder de classe, do Poder Popular. Este é um momento importante em que de maneira organizada o povo afirma a realidade do seu poder. O poder do povo serve o povo, o seu reforço melhora a vida do povo.

A democratização dos métodos de trabalho e a popularização da linha que acompanham as eleições e a entrada em funcionamento das Assembleias do Povo, criam situações irreversíveis no desenvolvimento do nosso processo revolucionário. As massas assumem a consciência de que são responsáveis pelo seu Estado, que o seu Estado será aquilo que for a sua própria determinação. As massas assumem que são criadoras e mestras do seu destino, criadoras da sua própria felicidade. Esta consciência e determinação tornam irreversíveis as conquistas do povo, bloqueiam e aniquilam qualquer tentativa da reacção e do imperialismo em derrubar a nossa República Popular.

As classes exploradoras são definitivas.

mente derrubadas do poder, instala-se nos órgãos supremos do Estado a classe operária e o seu aliado fundamental, o campesinato.

A questão do poder é uma questão essencial da Revolução. A Revolução triunfa ou fracassa quando tem ou perde o poder. Sem a conquista do poder não existem conquistas revolucionárias, não existem transformações revolucionárias na sociedade. É lógico — pois o poder é a capacidade de uma classe — impor os seus interesses, impor a sua vontade ao conjunto da sociedade, é a capacidade dessa classe moldar a sociedade em função dos seus interesses, conduzi-la no processo de transformação que satisfaz esses interesses.

As classes exploradoras, no seu esforço para manter as massas na confusão, na sua acção deliberada para impedir que as massas conquistem o poder, lançaram o mito da neutralidade do poder. Segundo os teóricos burgueses o Estado é neutro; o Estado de direito burguês seria um Estado acima das classes e dos seus conflitos; um Estado que poderia ser utilizado independentemente por exploradores e por explorados. Deste modo nunca se poria a questão da conquista do poder pelos trabalhadores, do derrube das classes exploradoras e do seu aparelho de Estado. Em consequência não se poria também a questão da instauração da ditadura dos explorados, da ditadura da classe trabalhadora, da ditadura do proletariado. Isto constitui uma tentativa de desmobilizar a classe trabalhadora, uma tentativa de convencer a classe trabalhadora de que é inútil a sua luta pelo derrube do poder de Estado burguês.

A experiência histórica dos povos, a experiência histórica do nosso Povo, demonstram-nos a falsidade destas teorias. No nosso País, sucessivamente, classes exploradoras nacionais e estrangeiras exerceram o poder, sempre em detrimento dos interesses da maioria esmagadora do povo. Os feudais, contra os interesses da larga maioria, promoveram a escravatura, a opressão da mulher, a dominação da juventude, dividiram o povo, combateram a unidade do povo, criando condições favoráveis à conquista colonial. A burguesia colonial organizou a sociedade para impor os seus interesses de pilhagem. Ela brutalizou, despersonalizou e massacrou o nosso Povo e estes crimes tornaram-se objectivos para a totalidade da sociedade se



Encontro entre o Presidente Samora e Halabi Makanga.  
«Este velho carregou a machilaa».

devia submeter. De tal modo ela quis modelar a sociedade, que chegou a impor que um moçambicano renegasse a sua personalidade, se transformasse num pequeno português de pele preta. Chegámos ao ridículo de ver gente da nossa terra, gente que bem conhecíamos, gente de que podíamos traçar várias gerações de antepassados moçambicanos, fazer discursos públicos em que se orgulhavam de míticos antepassados lusitanos e navegadores.

A assimilação não era um capricho do colonizador português, era uma forma extrema do exercício do poder da burguesia colonial.

A Guerra Popular de Libertação, pela sua natureza e objectivos de classe, criou as condições favoráveis para que nas nossas circunstâncias históricas tivéssemos levado a cabo as tarefas da Revolução Democrática Nacional, e desencadeássemos o processo da Revolução Democrática Popular. No período de luta contra os novos exploradores surgidos no seio da FRELIMO, tornou-se clara para as largas massas das zonas libertadas a necessidade de edificar, sobre as ruínas do colonialismo, um novo tipo de sociedade, um novo tipo de poder.

Na prática do processo revolucionário, as massas trabalhadoras tinham compreendido que a questão central da nossa luta era saber qual a classe ou classes que deviam exercer o poder na nossa sociedade, ou, ainda, quais as medidas concretas a emprender para a conquista e exercício desse poder.

A resposta que encontrámos foi que era

necessário impedir que exploradores moçambicanos ocupassem os lugares deixados vagos pelo colonialismo, impedir que os pequenos exploradores nacionais, aliados ao imperialismo, ocupassem o poder e se transformassem progressivamente na nova burguesia. O nosso combate era liquidar o pequeno jacaré na margem do rio, não deixá-lo crescer e transformar-se num poderoso crocodilo. Fizemo-lo liquidando o poder político e económico dos régulos feudais, fizemo-lo ainda quando nas zonas libertadas tomámos o controlo do comércio e promovemos a organização de formas colectivas de produção. Ao nível das estruturas, afastámos sistematicamente todos aqueles que pretendiam transformar-se em novos exploradores. Os comités populares de camponeses cooperativistas e camponeses pobres, aliados aos soldados, foram as primeiras formas do poder novo nas zonas libertadas.

Com a conquista da Independência Nacional a luta agudizou-se para impedir a deturpação do conteúdo revolucionário do nosso combate. As recentes batalhas políticas e ideológicas pela destruição do aparelho de Estado colonial-capitalista contra a sabotagem económica e a desestabilização do nosso poder, são outros tantos momentos de defesa dos nossos interesses fundamentais.

Esta não é uma batalha teórica e abstracta. É uma batalha em que se joga o melhoramento da nossa vida, a possibilidade de nós, e sobretudo os nossos filhos, viverem a prosperidade e o bem-estar.

É radical a diferença entre o poder da classe operária e do seu aliado fundamental — o campesinato — e o poder dos exploradores.

A classe operária e o campesinato constituem a maioria esmagadora do nosso Povo, a essência das classes trabalhadoras. O seu poder é o poder da grande maioria, os seus interesses são os interesses da larga maioria do povo. Elas exercem o poder enquanto larga maioria e impõem a sua vontade ao punhado de exploradores.

Um outro aspecto fundamental e talvez principal do exercício do poder pela classe operária, é que esta, ao libertar-se e exercer o poder, não se liberta apenas a si própria, mas liberta e beneficia toda a sociedade. O poder da classe operária conduz ao desenvolvimento harmonioso de toda a sociedade.

A classe operária contrariamente a todas

as outras classes, é a única formação social que, pela sua posição de classe, nunca pode reivindicar a propriedade privada dos meios de produção. Não faz sentido para um operário tornar-se proprietário de uma máquina dentro da fábrica; com uma máquina ele nada pode fazer, nada pode produzir. O operário para produzir necessita de todo um conjunto de máquinas e outros meios. O processo da produção industrial é eminentemente colectivizado, planificado; sem isso a fábrica pára. O aparecimento da classe operária, como classe conducente ao progresso de toda a sociedade, resulta precisamente desta contradição fundamental do capitalismo — a contradição entre o processo eminentemente colectivo da produção e a propriedade privada dos meios de produção. A classe operária resolve a contradição, colectivizando os meios de produção e isso beneficia o conjunto da sociedade.

Se avaliarmos as nossas experiências nestes dois anos podemos constatar esta realidade. No nosso País a educação era controlada por interesses privados. Antes de nacionalizarmos o ensino apenas 695 885 crianças, das quais um grande número estrangeiras, frequentavam as escolas. A educação hoje beneficia mais de 1 300 000 crianças. A educação hoje beneficia o povo inteiro. Temos já o ensino gratuito até à 6.ª classe. Depois de nacionalizarmos o ensino o número de escolas secundárias passou de 43 para 103 em dois anos.

O nosso Povo discute neste momento a lei sobre a socialização da medicina, lei essa que vai tornar praticamente gratuita a assistência sanitária. Já neste momento podemos constatar como aumentou a frequência dos nossos hospitais após a nacionalização da saúde, após a conquista da saúde pelos trabalhadores. Por exemplo, o número de consultas para crianças no Hospital Central do Maputo, que era de 3537 nos 6 primeiros meses de 1973, aumentou para 35 488 nos primeiros seis meses de 1977. Portanto um aumento de 10 vezes.

Como foi possível que, apenas dois anos após a independência, nós tomássemos uma medida como a socialização da medicina, objectivo que em muitos países aparece como utópico ou irrealizável?

A resposta é esta: Foi o fim do domínio dos exploradores, foi o poder do povo!

No domínio do abastecimento, apesar

das dificuldades e da especulação que ainda não conseguimos eliminar, vemos que nas empresas estatais agrícolas, nas cooperativas e nas lojas ou bancas do povo os preços são muito mais baixos, mais baratos. Mesmo em sectores onde ainda não intervimos, como o da roupa e calçado, já podemos no entanto comparar os preços oferecidos pelas lojas do povo e pelas cooperativas de consumo com os preços do comércio privado.

Em todas as cidades e vilas do nosso País conhecemos os preços de aluguer das casas. Hoje, porque nacionalizamos os prédios de rendimento, pagamos rendas muitas vezes mais baratas do que anteriormente. Podemos quase certamente afirmar que em todo o Continente Africano somos dos países com a renda de casa mais barata.

Estes são alguns exemplos dos resultados das conquistas da classe operária no nosso País: são ainda poucos e recentes mas mostram já a todos como as conquistas da classe operária beneficiam a sociedade inteira. As crianças que vão à escola e ao hospital, os cidadãos que vivem nos prédios, não são só operários ou camponeses, pertencem a todas as camadas sociais; isto é, as medidas do poder da classe trabalhadora beneficiam todos, incluindo elementos da pequena burguesia. Só não beneficiam os grandes exploradores.

O poder é sempre o poder de uma classe. Quando se impõe a vontade de uma classe, tem de se obrigar aqueles que se recusam a aceitar esta imposição, tem de se reprimir aqueles que se opõem a esta vontade. Por isso dizemos que todo o poder de Estado, qualquer Estado, qualquer poder, é uma ditadura. Por exemplo, o colonialismo obrigava-nos a não ser moçambicanos, obrigava-nos a aceitar e a dizer que não éramos moçambicanos, obrigava-nos a aceitar a machila, o trabalho forçado, a palmatória, a pilhagem de terras e de gado, obrigava-nos a aceitar a falta de assistência médica, a falta de escolas, o analfabetismo, etc. Se não aceitássemos tudo isso éramos batidos, presos, deportados, assassinados, massacrados. Esta era a ditadura colonial-capitalista exercida pelo Estado colonial-capitalista. Esta ditadura colonial-capitalista exerceu-se no nosso País com as formas particularmente opressivas do fascismo: privação de todas as liberdades e proibição de qualquer actividade política. O povo teve que impor a sua vontade ao

colonialismo português. O povo teve que reprimir o colonialismo de armas na mão. A contradição antagónica que nos opôs ao colonialismo, assumiu a sua forma mais aguda com a guerra que durou dez anos. Após a conquista da independência nacional fomos forçados a continuar a impor os nossos interesses, a nossa vontade, ao inimigo de classe e ao imperialismo que nos ataca. É por isso que estamos empenhados na criação de um exército forte, estamos empenhados em reforçar a nossa capacidade defensiva para obrigar o imperialismo a respeitar as fronteiras do nosso Estado, a nossa soberania.

Um terceiro aspecto que caracteriza o nosso poder é que este exerce uma ditadura e uma repressão contra a minoria exploradora, o que permite às largas massas beneficiar de uma maior democracia, das mais amplas liberdades. O nosso poder reprime os exploradores, impede-os de pilhar as nossas riquezas e manter as largas massas numa miséria constante. Sem termos exercido o nosso poder contra os especuladores de terras, não poderíamos beneficiar de terrenos gratuitos para construir a casa em que vivemos. Sem derrubar o poder dos latifundiários, era-nos impossível criarmos as empresas estatais agrícolas e as cooperativas, que melhoram a vida dos camponeses e nos fornecem produtos agrícolas abundantes, bons e baratos. Sem exercer a nossa repressão contra os sabotadores da nossa economia, contra os colonos e burgueses que queriam transferir para o estrangeiro somas fabulosas, bens e equipamentos necessários à nossa economia, não disporíamos das divisas para comprarmos o tractor da cooperativa, para importarmos os artigos essenciais que ainda não produzimos. Esta repressão que exercemos contra um punhado beneficia a grande maioria. Estamo-nos a libertar da fome, da nudez, da miséria porque fomos capazes de exercer o nosso poder contra aqueles que eram os agentes desses males. Ninguém nos deu a terra nem os prédios. Só temos o que fomos capazes de impor.

Está assim a nascer a liberdade autêntica, a democracia real, não a liberdade de palavras.

Apesar das nossas limitações humanas e em quadros, apesar do atraso herdado no nosso desenvolvimento económico, as massas estão mobilizadas, têm o sentido profun-



# ASSEMBLEIA POPULAR



*A nossa ditadura é democrática pela natureza das classes que exercem o Poder, a classe operária e o campesinato... é Revolucionária porque introduz transformações radicais nas relações sociais de produção.*

do dos seus interesses e de que lutam para melhorar a sua vida. O terreno é fértil para o progresso da Revolução.

Esta situação determina a natureza do nosso poder, a natureza da ditadura que exercemos: a ditadura democrática revolucionária.

A nossa ditadura, é democrática pela natureza das classes que exercem o poder, a classe operária e o campesinato. É democrática pelas liberdades que são conquistadas e exercidas pelas largas massas trabalhadoras; o nosso Povo, através das Assembleias, vai efectivamente exercer o poder; o nosso Povo está a materializar o direito à educação, à saúde, à habitação, ao trabalho, o direito a alimentar-se e vestir-se de maneira conveniente, o direito a uma vida melhor, ao progresso. A nossa ditadura é revolucionária porque introduz transformações radicais nas relações sociais de produção, transformações na consciência dos homens, transformações que permitem a passagem à etapa seguinte

— a etapa da ditadura do proletariado, etapa da democracia socialista.

Senhores Deputados,

De 3 a 7 de Fevereiro deste ano realizou-se o III Congresso da FRELIMO.

O III Congresso assume, no quadro da edificação da nova sociedade, uma importância histórica fundamental. Nele traçamos a estratégia essencial da nossa luta na fase de construção da Democracia Popular. Nele criamos o Partido da classe trabalhadora, Partido de Vanguarda e forma mais alta de organização das classes trabalhadoras, o Partido marxista-leninista. Nele definimos a nossa linha de acção em todos os campos: na edificação do Estado Popular Democrático, na organização da vida colectiva, na construção da nossa economia desenvolvida e independente ao serviço das largas massas, na defesa da nossa Pátria e da nossa Revolução.

A análise da actual situação política, económica e social no nosso País, mostra que demos passos importantes no cumprimento pelo Estado das directivas do III Congresso.

Ao nível do aparelho de Estado prosseguiu e intensificou-se o combate pela destruição das estruturas e dos métodos de trabalho colonial-capitalistas. Um novo sistema de Direcção colectiva está a ser implementado nos diversos níveis do aparelho de Estado. Um importante passo no sentido de proceder à edificação do novo aparelho de Estado foi a decisão do Conselho de Ministros de criar Conselhos de Controlo da Produtividade nas estruturas estatais, alargando a estas a experiência dos Conselhos de Produção.

Mantêm-se, no entanto, as dificuldades da implantação dos órgãos do Estado a nível de Província, Distrito e Localidade.

Neste período foi impulsionada a criação do aparelho de Estado de Direcção da Economia, embora a sua eficácia se encontre muito limitada pelo atraso que se verifica na constituição das estruturas locais. Para solucionar problemas nacionais de maior urgência e gravidade foi adoptado o princípio de criação de comissões especiais interministeriais.

Iniciámos também o processo de estabelecimento das bases para a planificação científica da economia.

O Estado torna-se aceleradamente o organizador e transformador da nossa vida económica e social.

No campo, assistimos ao crescimento impetuoso do movimento das aldeias comunais e das cooperativas e ao desenvolvimento das empresas estatais agrícolas. Isto é já particularmente significativo no vale do Limpopo, pela sua dimensão e por corresponder à superação pelas massas populares das grandes dificuldades e prejuízos causados pelas calamidades naturais.

No sector industrial, os nossos esforços concentram-se no aumento da produção e da produtividade, na reorganização das unidades de produção com comissão administrativa, na formação de unidades de direcção por ramos de produção, na nacionalização dos sectores estratégicos, como foi o caso da refinação de petróleos, na definição de estatutos-tipo para as empresas estatais e na regulamentação da actividade do sector privado.

Para a normalização progressiva da

comercialização criámos a Comissão Nacional de Abastecimento, com a tarefa prioritária de solucionar as situações mais graves no abastecimento em produtos de primeira necessidade. Reforçámos o controlo das importações e da distribuição por grosso, alargámos a rede das Lojas do Povo em todas as Províncias, acelerou-se em todo o País a criação de cooperativas de consumo.

Nos sectores sociais, registámos importantes vitórias, na Saúde e na Educação, particularmente. Materializámos neste período a prioridade à Medicina Preventiva através dum conjunto de acções de que se salienta a campanha nacional de vacinações, que abrangeu entre 93 e 98 por cento da população, valores de grande significado no continente africano. A formação de 548 profissionais da Saúde este ano representa dez vezes mais o número de quadros formados em 1974. No conjunto do ensino secundário e primário criámos cerca de três mil escolas, formámos milhares de professores e a população escolar mais do que duplicou, em relação a 1974.

Verificamos que com o avanço na implementação das directivas do III Congresso a luta de classes agudiza-se no nosso País. O inimigo adoptou novas formas de actuação, mais subtis e subversivas. A reacção procura aproveitar-se das nossas insuficiências para as suas investidas contra o nosso Poder. Esta situação manifesta-se sobretudo pelas carências de produtos essenciais à vida das populações e de outros bens indispensáveis ao crescimento da nossa economia. Paralelamente, a sabotagem económica, a especulação, o açambarcamento e a fuga de divisas, constituem acções que o inimigo desenvolve.

No documento «Como age o inimigo» o Conselho de Ministros efectuou uma análise das formas de actuação do imperialismo que conta com a cumplicidade da burguesia ainda forte no nosso País. A estratégia do imperialismo é provocar o descontentamento e a intranquilidade social no plano interno, enquanto a partir do exterior intensifica a escalada das agressões contra o nosso País, contra o nosso Povo e a nossa Revolução, utilizando como instrumento principal o regime racista ilegal da Rodésia do Sul.

Somos vulneráveis à acção do inimigo devido às insuficiências das nossas estruturas e dos nossos métodos de trabalho. Verificamos que não há o hábito de planificar o

dia-a-dia, de definir e respeitar as prioridades em cada sector. A falta de organização do controlo de execução das tarefas faz com que as acções de sabotagem e retardamento não sejam logo detectadas. Quando apontamos as falhas muitos limitam-se a atribuí-las à acção do inimigo, sem reflectirem sobre as próprias insuficiências do seu trabalho. Esta forma de oportunismo deve ser energeticamente combatida.

Desalojar o inimigo das estruturas do aparelho de Estado é uma das condições para vencermos o combate de classe. Importa intensificar a implantação do Partido no seio do aparelho de Estado, para que este se torne impermeável à infiltração e se eliminem os métodos de trabalho incorrectos e alheios à vida das massas.

Sabemos que a destruição do antigo é



*A presença de deputados operários e camponeses fez-se notar. Michaque Sitói, um mineiro de Moatize afirmou que na mina onde trabalhou até agora por vezes nem trinta anos de trabalho debaixo da terra permitem ser-se capataz, «mas pode ser deputado».*

acompanhada pela construção do novo. A construção de um Estado de tipo novo que materializa os interesses das massas trabalhadoras, implica necessariamente a criação das Assembleias do Povo. Elas criarão as condições para que as massas trabalhadoras sintam o Estado como um instrumento através do qual se realizam as suas aspirações.

Senhores Deputados,

No período que se sucedeu ao III Congresso da FRELIMO testemunhámos um crescimento significativos do prestígio internacional do nosso Partido e Estado. A nossa política internacional, fundada nos princípios do internacionalismo proletário e da paz, encontra a

maior compreensão e apoio na África e no Mundo. Ela tem conduzido a um reforço dos laços de solidariedade com os outros povos e ao desenvolvimento das relações de amizade e cooperação com numerosos Estados.

As nossas relações diplomáticas e comerciais têm-se ampliado com os países socialistas, os Estados Africanos e o Mundo em geral, na base dos princípios da igualdade, não interferência nos assuntos internos, respeito mútuo e reciprocidade de benefícios. De particular importância têm sido o desenvolvimento das relações íntimas de amizade, cooperação e ajuda mútua com os países irmãos da «Linha da Frente», especialmente com a República Unida da Tanzânia e a República da Zâmbia a quem estamos já unidos por acordos de amizade e cooperação. É nosso interesse, é parte integrante da nossa política, desenvolvermos relações idênticas de amizade e cooperação com todos os Estados que nos são vizinhos. Nesse sentido temos mantido contactos muito estreitos com a República Popular de Angola, a República Malgaxe, os Reinos da Suazilândia e do Lesotho.

A situação internacional evolui favoravelmente à causa da liberdade e independência, à causa da revolução. As novas condições criadas pelas vitórias da luta de libertação nacional e social e pelo fortalecimento do campo socialista, tornam possível aos Povos enfrentarem com sucesso o imperialismo, enveredarem pela via do socialismo e preservarem a Paz mundial.

Os círculos imperialistas, racistas e sionistas tentam todavia contrariar esta evolução. Apoiados pelo imperialismo, os sistemas racistas e sionistas transformam a África Austral e o Médio Oriente nas duas principais zonas de tensão internacional. Nos dois casos, regimes condenados por toda a Humanidade intensificam a corrida aos armamentos e preparam-se para introduzir armamentos atômicos.

Com surpresa e indignação a comunidade internacional constata que os Países Ocidentais, que criaram todas as condições favoráveis para que Pretória possa dispor de armas nucleares, hipocritamente propõem-se agora condenar as experiências nucleares que o regime racista tenciona em breve realizar. Estes mesmos Países Ocidentais forneceram já a Pretória os meios aéreos para que o regime do «apartheid» possa efectuar ataques nucleares contra África.



Combinando as manobras políticas e diplomáticas com a chantagem económica e a agressão militar, as potências ocidentais procuram destruir os regimes populares, particularmente no continente africano.

As agressões contra a República Popular de Moçambique e Angola, a invasão da República Popular de Benim, o assassinato do nosso querido Camarada Marien N'Gouabi, inserem-se neste vasto plano de tentar fazer a roda da História girar ao contrário.

Nesta mesma perspectiva, o imperialismo, utilizando a reacção local e a exacerbação de questões secundárias, fomenta con-

sentante legítimo do Povo da Namíbia, como persiste também a recusa sul-africana em admitir a unidade e integridade territorial da Namíbia.

As vitórias da Frente Patriótica no campo da unidade estão na base dos grandes sucessos políticos, militares e diplomáticos alcançados pelo Povo do Zimbabwe. A Frente Patriótica foi reconhecida pela África como representante do Povo do Zimbabwe. No interior do Zimbabwe desenvolve-se rapidamente o combate político e militar, a luta de libertação nacional. Zonas sensíveis e estratégicas do inimigo estão a ser atingidas pela



A presença de velhos combatentes da Luta Armada de Libertação Nacional na Assembleia Popular. Em primeiro plano e à esquerda vê-se Halabi Makanga.

flitos entre Estados africanos, em detrimento dos interesses populares e da causa da Revolução em África.

No Oceano Índico prossegue a presença nefasta das bases aeronavais e das frotas de países imperialistas, contra a vontade expressa de todos os países limítrofes da zona.

Na África do Sul tem-se intensificado, sob a direcção do ANC, a luta das largas massas contra o sistema do «apartheid». Os grandes levantamentos populares, simbolizados por SOWETO, demonstram a capacidade combativa do Povo, a fragilidade do regime, a incapacidade do sistema repressivo em deter o movimento popular.

Na Namíbia as vitórias alcançadas pela SWAPO, combinadas à acção internacional, têm conduzido a certos desenvolvimentos positivos. A recusa sul-africana em reconhecer a SWAPO como repre-

acção libertadora dos patriotas. A comunidade internacional tem reforçado a condenação e o isolamento do Governo minoritário rebelde.

Cumpre-nos aqui salientar o sucesso que constituiu a Conferência das Nações Unidas de apoio aos povos do Zimbabwe e da Namíbia, que teve lugar na nossa capital.

A Declaração de Maputo, então aprovada, é um documento que, para além de solidariedade moral e política, indica claramente os caminhos a seguir para pôr termo aos regimes criminosos.

A sobrevivência do governo minoritário, racista e ilegal de Ian Smith deve-se exclusivamente às cumplicidades e apoios de que ele beneficia.

A República Popular de Moçambique, como foi afirmado na Declaração de 18 de Junho decidiu pôr ponto final às agressões

de que é objecto. O nosso Estado não tolerará qualquer nova agressão, o nosso Estado apoiado pela Comunidade Internacional, nomeadamente os Estados amigos e aliados na África e no Mundo, reagirá contra qualquer nova agressão. O nosso Povo, o nosso Governo ficaram sensibilizados pela reacção unânime da comunidade internacional, em apoio ao reforço da nossa capacidade defensiva, em apoio à reconstrução das zonas devastadas pelas agressões racistas. De particular importância foi, a este nível, a decisão do Conselho de Segurança da ONU, assim como a missão efectuada no nosso País pela delegação das Nações Unidas encabeçada por um assistente do Secretário-Geral da ONU.

Neste quadro o nosso Estado tem acompanhado com atenção as consultas efectuadas pelos cinco membros ocidentais do Conselho de Segurança, no que se refere à questão da Namíbia. Na medida em que essas consultas se situarem no contexto da Resolução 385 do Conselho de Segurança, se elas tiverem por objectivo a independência total e completa da Namíbia no seu todo territorial, incluindo Walvis Bay, se as cinco potências ocidentais não se pretenderem substituir à SWAPO ou ao Povo da Namíbia, se elas souberem respeitar a vontade expressa do Povo da Namíbia, através da SWAPO, seu único e legítimo representante, então a iniciativa ocidental terá sucesso.

Igualmente temos acompanhado com a maior atenção as iniciativas anglo-americanas no que se refere ao Zimbabwe. No passado estas iniciativas fracassaram sistematicamente devido à intransigência do regime minoritário, ilegal e racista. As experiências de 12 anos de negociações demonstraram que os colonos rebeldes recusam-se a abandonar o poder, escudados que estão nos apoios e cumplicidades de que beneficiam. A solução do problema de Zimbabwe passa pelo reconhecimento da Frente Patriótica, pela aceitação da necessidade de impor o desmantelamento do aparelho repressivo rebelde.

Em estreita aliança com os Países da «Linha da Frente», e como no passado a República Popular de Moçambique cumprirá incondicionalmente o seu dever internacionalista para com a luta do Povo do Zimbabwe e de outros povos oprimidos.

Senhores Deputados,

A criação das Assembleias do Povo constitui uma etapa decisiva no processo da edificação do Poder Popular. É nas Assembleias que se materializa o nosso Poder, é nas Assembleias e através delas que o Povo exerce efectivamente o Poder, é nas Assembleias que a ordem popular democrática que edificamos encontra o seu fundamento político ao nível estatal.

No nosso País as Assembleias têm já uma história, elas foram forjadas na nossa luta e no nosso sangue. As nossas Assembleias nascem e enraizam-se na tradição democrática vivida pelas massas nas zonas libertadas. Nascem das frequentes reuniões populares, nascem das estruturas colectivas e democráticas, desde o círculo até à Província; e era através delas que a vida das massas era decidida pelas próprias massas guiadas pela linha política da FRELIMO. A criação das Assembleias inspira-se também nas lições resultantes da experiência que o nosso Povo, sob a direcção da FRELIMO, já adquiriu com a criação e o funcionamento dos Grupos Dinamizadores, das Organizações Democráticas de Massas, dos Conselhos de Produção, assim como através de muitas outras actividades que implicam a participação política das largas massas.

Em cada escalão do Estado, as Assembleias são a expressão suprema dos interesses e da vontade da classe operária e do seu aliado fundamental, o campesinato. As Assembleias detêm todo o poder em cada escalão porque:

- São representativas das classes trabalhadoras, devido à eleição democrática dos seus membros.
- São compostas pelos elementos mais dedicados do Povo, que ganham a confiança do Povo através do seu comportamento, elementos cujas acções simbolizam o que queremos construir.

As Assembleias do Povo exercem o poder numa forma coordenada e unitária. Pelas suas atribuições e pela maneira como exercem tais atribuições, as Assembleias são órgãos de decisão, execução e controlo. Porque as Assembleias não podem estar reunidas permanentemente, criam os instrumentos

apropriados para o exercício do poder que lhes é inerente — assim surgem o aparelho governamental ou aparelho de Estado e o aparelho Judicial. Mas em cada escalão estes não existem separados da Assembleia; são instrumentos criados pela Assembleia, prestam contas à Assembleia, subordinam-se à Assembleia, exercem a vontade da Assembleia.

As Assembleias e os órgãos por elas criados regem-se pelos princípios do Centralismo Democrático.

Em cada escalão todos os órgãos estatais são responsáveis, por um lado, perante as Assembleias do escalão respectivo e, por outro lado, perante os órgãos estatais do escalão superior. Assim, por exemplo, o Governo da Localidade está subordinado, por um lado, à Assembleia de Localidade e, por outro lado, aos órgãos estatais do Distrito.

A unidade do poder, o centralismo democrático e a dupla subordinação são os três pilares em que assentam o funcionamento e a organização das Assembleias e dos aparelhos por elas criados. São eles que permitem que, pela primeira vez à escala nacional, a classe operária e o seu aliado fundamental, o campesinato, exerçam todo o Poder.

A unidade do poder ou a sua divisão é um tema que tem preocupado os juristas burgueses. Segundo eles existem três poderes, o legislativo, o executivo e o judicial como condição do que classificaram de equilíbrio político e social das sociedades. Uma breve análise mostra-nos que numa sociedade burguesa na realidade existia apenas o poder da burguesia.

O poder legislativo era uma expressão do poder de classe da burguesia. As leis eram feitas pela burguesia e serviam os interesses da burguesia. Eram essas leis que legitimavam o colonialismo e a exploração, eram essas leis que nos condenavam severamente se nos opuséssemos à burguesia. Foram as Assembleias e os parlamentos da burguesia que criaram as leis introduzindo o trabalho forçado no nosso País, que fizeram as leis que arrancavam as nossas terras em favor dos colonatos, que criaram as leis que nos obrigavam a cultivar o algodão e a vendê-lo a preços irrisórios às companhias.

O poder judicial era também o poder da burguesia. Os tribunais, pretensamente justos e imparciais, eram tribunais da burguesia

que nos julgavam e condenavam em função das leis da burguesia, onde juizes e advogados vinham da burguesia, representavam a burguesia, faziam comércio dos nossos direitos mais elementares em favor da burguesia. Nos tribunais não ganhava a causa quem tinha razão, ganhava quem tinha dinheiro para pagar o melhor advogado, ganhava quem tinha influências e amigos, ganhava o dono da fábrica e não o operário, ganhava o latifundiário e não o camponês, ganhava o proprietário dos prédios e não o inquilino. Os tribunais da burguesia nunca condenaram os torturadores da PIDE, mas condenaram as vítimas da PIDE. Nunca condenaram os que organizaram e fizeram massacres no nosso País, mas condenaram e puniram drasticamente os que ousaram denunciar tais massacres.

Também o poder executivo colonial era um instrumento da burguesia. Do Governador-Geral ao chefe do posto todo o aparelho administrativo colonial possuía um único objectivo: fazer tudo para que as grandes companhias, os capitalistas, pudessem explorar o Povo. Era a administração colonial a responsável pelo recrutamento maciço e coercivo de moçambicanos para o trabalho forçado, era o Estado colonial o responsável pela expulsão dos moçambicanos das terras férteis onde mais tarde se instalavam os colonatos, o responsável pela cobrança dos impostos com os quais financiava a tropa e as outras forças repressivas que nos prendiam, batiam, assassinavam e massacravam.

O chamado sistema de divisão de poderes outra questão não é que uma divisão de tarefas entre servidores da mesma classe uma camuflagem do poder de classe da burguesia, poder que se exerce em benefício de um punhado de exploradores e em detrimento dos interesses das largas massas laboriosas.

A tarefa principal das Assembleias do Povo, além da estruturação dos órgãos estatais consiste em promover o progresso social dos trabalhadores, através da consolidação da ordem e da disciplina estatais, da contínua elevação da produção e da produtividade. Elas apoiam-se na mais ampla participação popular para a realização das tarefas do Estado.

Sob a direcção da FRELIMO, as Assembleias do Povo contribuem para a compreensão e implementação das decisões do III Con-



*Participação de deputados provenientes da classe operária, do campesinato, das Forças de Segurança: «Na nossa Assembleia Popular os deputados somos nós, nós os operários, nós camponeses, nós trabalhadores nascidos do povo explorado».*

gresso da FRELIMO em todos os sectores de actividade do País, bem como para o aprofundamento da unidade nacional e a consolidação da ditadura democrática revolucionária.

Na nossa Assembleia Popular, os deputados somos nós, nós operários, nós camponeses, nós trabalhadores nascidos do povo explorado.

Temos como objectivo construir a Sociedade Nova que corresponde aos nossos interesses. Os nossos métodos de trabalho devem ser simples e eficazes e as nossas decisões devem ser democráticas no conteúdo e na forma. No conteúdo porque correspondem aos interesses reais das largas massas. Na forma, porque as largas massas participam na elaboração das decisões e sentem-nas como suas.

As Assembleias devem dedicar-se à solução dos problemas concretos da vida do

Povo esforçando-se por resolvê-los. As dificuldades no abastecimento de água à aldeia ou bairro comunal, as dificuldades no escoamento dos géneros produzidos pelo povo, a escola que é necessário abrir, a estrada que é necessário rasgar no meio da mata, a loja que deve ser criada, a cooperativa que importa apoiar, as actividades culturais e desportivas que estão desorganizadas, tais são alguns dos problemas que devem preocupar as nossas Assembleias. que cada deputado deve estudar e resolver no interesse do Povo. As Assembleias, os deputados devem ter a constante preocupação de controlar o funcionamento e a eficiência de todos os serviços do seu escalão, velar para que cada funcionário, cada servidor público, represente devidamente o nosso Estado, reforçando a unidade entre o Povo e o Estado. As Assembleias devem garantir que os cidadãos recebam junto dos Serviços

do Estado um apoio efectivo e uma solução não burocrática para os seus problemas, dentro das possibilidades existentes. As Assembleias deverão punir severamente os funcionários que, pelo seu comportamento, revelem incúria, desleixo, incompetência e indelicadeza para com o Povo.

Neste contexto as Assembleias de Localidade revestem-se da maior importância uma vez que sendo o primeiro escalão do Poder Popular se encontram por isso mais directamente ligadas à vida quotidiana das massas.

A este respeito importa sublinhar que quando falamos de localidade não nos referimos unicamente às localidades existentes do ponto de vista administrativo. É uma realidade que ao lado das actuais localidades (que na maioria são as antigas sedes dos postos administrativos) se constituíram novos aglomerados populacionais entre os quais as aldeias comunais. A Lei Eleitoral prevê expressamente a possibilidade de, nesses centros populacionais, se constituírem Assembleias de Localidade, tendo em conta que a antiga divisão administrativa está ultrapassada e tendo em conta o dinamismo político e social destes novos aglomerados sociais.

A presente Assembleia Popular analisará e aprovará a Lei Eleitoral proposta pelo Comité Central da FRELIMO, Lei Eleitoral que definirá os critérios, as condições e o modo das eleições para a Assembleia Popular e para as Assembleias Provinciais, Distritais, de Cidade e de Localidade.

No nosso País, nas nossas eleições trata-se de designar os nossos representantes, aqueles que servem o Povo, aqueles que efectivamente vão dirigir o Estado da aliança operário-camponesa, em nome da classe operária e do campesinato. Os futuros deputados vivem e trabalham connosco na fábrica, na empresa estatal, na cooperativa, no quartel, na repartição, na escola, no hospital, na loja, no restaurante, no barco de pesca, na sapataria, em toda a parte onde trabalhamos e vivemos. O nosso deputado é o nosso companheiro da fábrica que nas horas difíceis da confusão e da sabotagem económica nos conduziu na batalha para elevarmos a produção e a produtividade, é o operário que combateu a indisciplina e o desleixo, soube cuidar

da máquina para que ela trabalhasse sempre para nós. O nosso deputado é o melhor camponês cooperativista, aquele que mobiliza as massas para se integrarem na aldeia comunal, aquele que eleva a nossa vigilância, aquele que, pelo seu exemplo e palavras, nos ensina a produzir mais e melhor. O nosso deputado é o soldado, é o polícia consciente, com uma disciplina de ferro, uma dedicação total ao serviço do Povo e da Revolução, o nosso deputado defende as nossas fronteiras contra invasores criminosos, o nosso deputado garante a tranquilidade e a paz nas nossas ruas e casas contra os reaccionários e bandidos. O nosso deputado é o médico, a enfermeira, a parteira que tudo fazem para que no Hospital o Povo encontre a saúde, que agem continuamente para que nas nossas povoações, bairros, locais de trabalho aprendamos a defender a saúde. O nosso deputado é o professor e o estudante consciente, é o cientista e o artista que combatem para que a ciência e a cultura sejam assumidas pelo Povo, se tornem instrumentos do Povo. O nosso deputado é o funcionário e o empregado, aqueles que, nas repartições e empresas, pela eficiência do seu trabalho, pela delicadeza e respeito no trato, cumprem a nobre missão de servir o Povo. O nosso deputado é o mineiro e o pescador, o empregado de balcão e o criado de hotel, a dactilógrafa e o motorista, o sapateiro e o carpinteiro, o artesão e o pequeno comerciante, em resumo, todos aqueles que servem o Povo pelo seu trabalho exemplar.

Para a direcção do processo eleitoral conducente à formação das Assembleias, serão criadas Comissões de Eleições do Povo ao nível nacional e de cada Província, Distrito, Cidade e Localidade.

Compete à presente Assembleia Popular a nomeação da Comissão Nacional de Eleições.

As Comissões de Eleições têm como funções essenciais:

- Tomar as decisões necessárias à implementação da Lei Eleitoral;
- Controlar o processo eleitoral e assegurar a observância da Constituição e das disposições da presente Lei du-



• rante a realização das eleições:

- Dar a conhecer publicamente e com prévia antecedência as listas de candidatos a deputados de modo a serem amplamente conhecidos pelas massas;
- Verificar e difundir os resultados das eleições;
- Receber e analisar as reclamações eventualmente apresentadas.

Senhores Deputados,

Com a presente sessão da Assembleia Popular desencadeia-se um vasto processo de esclarecimento, mobilização e organização do nosso Povo com vista à realização de eleições gerais para as Assembleias do Povo. Do Rovuma ao Maputo, o povo vai eleger as suas Assembleias.

O Partido e o Estado devem tomar as medidas necessárias para assegurar que as nossas eleições sejam uma escola de educação e formação política do nosso Povo. Importa que as eleições para as Assembleias contribuam para um desenvolvimento impetuoso no seio das massas, dos hábitos democráticos de participação activa e consciente na vida política do País. E aqui, uma vez mais nos demarcamos das farsas eleitorais da burguesia, onde a participação do cidadão na vida política se limita à formalidade de depositar, de tantos em tantos anos, um boletim de voto numa urna. Nas nossas fábricas, cooperativas e machambas estatais, nos nossos quartéis, nas nossas escolas, repartições e hospitais, nas nossas aldeias e bairros comunais, os cidadãos reunir-se-ão, não só para conhecer e escolher os deputados mas também para discutir profundamente o significado das eleições no processo de consolidação do Poder Popular, a importância que elas assumem na História do nosso País, assim como as formas de que, após as eleições, se deverá revestir a participação popular na direcção do Estado. Por seu turno, os candidatos a deputados apresentar-se-ão perante as massas, não para lhes fazer promessas demagógicas, mas para com elas discutir o programa de actividades a ser levado a cabo através da participação de cada um, no cumprimento das tarefas definidas pelo III Congresso.

A realização das eleições gerais e a formação das Assembleias do Povo constituem um passo decisivo na consolidação do Poder Popular Democrático. Como tal, devem ser acompanhadas de amplas campanhas de mobilização do nosso Povo visando outras formas de consolidação do nosso poder de classe. Nesse contexto se inserem:

- A continuação do processo de estruturação do Partido, em particular o recrutamento de novos membros e a criação de estruturas de base nos locais já definidos como prioritários;
- A intensificação da ofensiva de aumento de produção e de produtividade;
- O desencadeamento de uma campanha de emulação para apoio às eleições.

Moçambicanos e Moçambicanas,

Operários, Camponeses, Combatentes das FPLM e das Forças Paramilitares, Empregados, Estudantes, Professores, Intelectuais, Artistas, Patriotas, moçambicanos.

Engajemo-nos resolutamente na grandiosa tarefa de preparar e organizar as eleições gerais para as Assembleias sob a palavra de ordem:

«Vamos eleger as Assembleias para consolidar o Poder Popular e melhorar a nossa vida.»

Viva o Povo moçambicano, unido do Rovuma ao Maputo!

Viva a FRELIMO, Partido de Vanguarda das classes trabalhadoras moçambicanas!

Viva o III Congresso da FRELIMO!

Viva o Poder Popular Democrático!

Viva a Revolução Democrática Popular rumo ao Socialismo!

Viva o povo organizado!

Vivam as Assembleias do Povo!

A Luta Continua!